

A “INEVITABILIDADE DO GRADUALISMO” E O PAPEL HISTÓRICO DO PARTIDO TRABALHISTA BRITÂNICO: FABIANISMO, CORPORATIVISMO E BEM-ESTAR SOCIAL NO PÓS-1945.

THE “INEVITABILITY OF GRADUALISM” AND THE HISTORICAL ROLE OF THE BRITISH LABOUR PARTY: FABIANISM, CORPORATIVISM AND WELFARE AFTER 1945

Thiago Romão de Alencar¹

Resumo: O pós-guerra na Grã-Bretanha ficou marcado pela ascensão do Partido Trabalhista ao governo e pela estruturação do Estado de bem-estar social a partir de 1945. A conjuntura específica britânica levou ao desenvolvimento de estruturas inspiradas no corporativismo, como órgãos tripartites, compondo um modo de regulação especificamente adequado ao regime de acumulação do período. Esse trabalho visa apontar como a ascensão dos trabalhistas foi vital para a manutenção desse Estado, tanto por sua formação e desenvolvimento vinculado aos sindicatos, como pela ideologia dominante no interior de suas fileiras. A visão da História subjacente à moderna socialdemocracia relega à classe trabalhadora e à luta de classes um papel secundário e até inexistente, contrapondo a isso uma imaginada harmonia de interesses no capitalismo desenvolvido. E é por estarem imbuídos dessa visão de mundo que os trabalhistas terão papel fundamental na manutenção da hegemonia sob o Welfare State, na medida em que buscam a neutralização da agência militante da classe trabalhadora ao controlar os sindicatos e direcionar suas demandas, trazendo assim importantes contradições para o próprio movimento trabalhista. No entanto, o protagonismo assumido nesses moldes pela socialdemocracia no pós-guerra não significa uma ruptura de princípios na história do trabalhismo britânico, apenas uma culminação desse desenvolvimento, que traz à cena novas e importantes contradições à dominação burguesa na Grã-Bretanha.

Palavras-chave: Trabalhismo. Fabianismo. Corporativismo. Grã-Bretanha.

Abstract: Post-war Britain is known for the emergence of the Labour Party to office and the building up of the Welfare State since 1945. This specific british conjuncture led to the development of corporatist structures, such as tripartite bodies, building a mode of regulation suitable to the regime of accumulation of that time. This paper will seek to establish how the rise of the Labour party has had a key role on the maintenance and development of British capitalism, not just for its foundation linked to the trade unions, but also due to the ideology it delivered to its rank and file. The concept of History underlying modern socialdemocracy places the working classes and its struggle at a secondary position, countering to it an imagined class harmony which ignores the wide range of conflicting interests that characterize a developed capitalist society. It is precisely due to this belief that Labour acquired a key role in supporting the hegemony under the Welfare State, as it seeks to neutralize the working class militancy by controlling trade unions and gearing their demands, leading to significant contradictions at the core of the labour movement. However, this kind of protagonism held by the post-war socialdemocracy does not entail a breaking point within the principles of labourism, but just the culmination of this development, bringing to the political scene, new and major contradictions to the bourgeois domination in Great-Britain.

Keywords: Labourism. Fabianism. Corporativism. Great Britain.

¹ Doutorando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Endereço eletrônico: thiagobono@yahoo.com.br. Esse texto é um desdobramento de uma apresentação realizada em 22/08/2017 no *Colóquio Internacional Marx e o marxismo 2017*, na UFF.

Há uma maneira conservadora de implementar políticas conservadoras; e há uma maneira trabalhista de implementar políticas conservadoras.

MILIBAND, Ralph. Parliamentary Socialism, p. 364

INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira metade do século XX, a Grã-Bretanha assistiu a um reordenamento do seu espectro político, com o Partido Trabalhista assumindo o papel de segundo maior partido do parlamento, tomando o lugar outrora ocupado pelo Partido Liberal, processo em muito ligado às mudanças ocorridas com relação à ampliação do direito de voto ocorrida a conta-gotas desde fins do século XIX. Com o ostracismo dos liberais no entre guerras, o bipartidarismo assumiu feições classistas explícitas no parlamento britânico, e a vitória trabalhista em 1945 com a eleição de Clement Attlee para o cargo de primeiro-ministro pareceu abrir um novo caminho para a classe trabalhadora daquele país, pela primeira vez num governo de maioria.

O que se seguiu foi o estabelecimento de um Estado de bem-estar social que apareceu como resultado dos conflitos de classe do período, na esfera interna como parte da solução para a crise capitalista e resposta à organização da classe trabalhadora britânica, na esfera externa como forma de fazer frente ao avanço político-ideológico dos soviéticos, acompanhando o movimento mais geral das metamorfoses por que passava a forma-Estado na Europa Ocidental do pós-guerra. O boom do capitalismo europeu nos trinta anos seguintes deve muito a esse rearranjo político ancorado nas políticas macroeconômicas keynesianas. No caso específico da Grã-Bretanha, o modelo corporativista se impôs e teve como principal protagonista o Partido Trabalhista, visto aqui como principal fiador dos compromissos de classe que este modelo demandava.

Intento buscar na própria história do partido elementos que corroborem essa afirmação. Discutirei algumas possíveis causas deste fenômeno, avaliando algumas posições políticas do Partido Trabalhista durante seu primeiro governo, sua relação com os sindicatos e o movimento operário e as consequências dessa relação para ambos. Buscarei demonstrar a função específica que o Partido Trabalhista assume na democracia britânica e as consequências dessa função para as lutas dos trabalhadores, tendo em vista o seguinte questionamento: qual o significado histórico da experiência trabalhista no pós-guerra e como esta se conecta com a história anterior do partido e com as necessidades do capitalismo na época? Para tal, darei especial atenção às matrizes ideológicas do partido, fundamentais pontos de análise para quem busca compreender tais questões.

TRABALHISMO NO PODER: O GOVERNO ATLEE E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.

A vitória trabalhista na primeira eleição do pós-guerra significou um marco na política britânica: liderado por Clement Attlee, o partido fundado pelo movimento sindical britânico, agrupamentos socialistas e intelectuais de esquerda em princípios do século XX assumiu o poder com uma confortável maioria parlamentar que lhe permitiria implementar as políticas sociais prometidas e exigidas ao fim da guerra, que envolviam modificações substantivas na estrutura do Estado britânico, continuando a trilha iniciada ainda no período da guerra.

A experiência da guerra e do planejamento estatal durante ela foi fundamental para a mudança de paradigma na relação entre governo e sociedade. Falando de forma simples, o fato de que, durante a Segunda Guerra, as pessoas se alimentavam melhor do que no período do entre guerras e conseguiram ter garantido minimamente seu emprego, gerou uma espécie de demanda popular para que a organização estatal do período da guerra fosse mantida em tempos de paz no que tangia à questão social. O ideário de uma justiça social implementada com o aval e a ação do Estado, sob a égide de um governo cuja liderança estivesse nas mãos do partido que representava a grande massa trabalhadora do país, tornara-se a base da sustentação da vitória dos trabalhistas na eleição de 1945.

É importante que se diga que diversos autores (MILIBAND, 1979; PANITCH, 1976; COATES, 1975) apontam com ressalvas os avanços de 1945, tratando-os mais como continuções das políticas do período da guerra em tempos de paz, do que qualquer outra coisa. Para Saville, a fama posterior do primeiro governo trabalhista do pós-guerra – estatista, radical, revolucionário e inovador – seria resultado tanto da forte campanha conservadora contra o governo como da própria propaganda trabalhista, ansiosa em apresentar-se sob pressupostos diferentes da política britânica até ali (SAVILLE, 2003). Durante a guerra ainda, por exemplo, integrantes do governo conservador admitiam que os controles impostos à indústria deveriam ser mantidos por um tempo após a guerra até que a economia se estabilizasse. A defesa do pleno emprego e a extensão da previdência e do bem-estar também eram vistas como essenciais para a manutenção da paz social, pois a lembrança da forte militância trabalhadora do entre guerras e o sucesso soviético ainda eram vivos. Por mais que discordassem com relação à intensidade da aplicação de suas políticas, trabalhistas e conservadores concordavam quanto ao teor fundamental do papel do Estado no pós-guerra.

Portanto, ao assumirem o governo, os trabalhistas já partiam de certa *expertise* adquirida no governo anterior, cuja maior parte da estrutura estatal desenvolvida no governo de coalizão da guerra liderado por Churchill – como os órgãos tripartites e as instituições de controle da demanda e da produtividade – estava mantida. E quanto a isso, um dos debates fundamentais do período girava em torno das nacionalizações e do controle público das indústrias e serviços. Na conferência anual do Partido Trabalhista em 1944, a executiva nacional do partido adotou em seu programa final resoluções que admitiam que o objetivo do pleno emprego não se atrelava especificamente ao programa de nacionalizações, muito menos à tomada pelo Estado da organização direta de indústrias, mas apenas ao controle e ao planejamento da localização e instalação de novas indústrias – com a justificativa de evitar desigualdades regionais quanto aos níveis de emprego – e à direção de políticas de gerenciamento de produção adotada por essas indústrias. Por outro lado, a base do partido, tanto na militância local como nos sindicatos, pressionava por um vasto e comprometido programa de nacionalizações. Uma moção do T&GWU² na mesma conferência demandava que “todos os serviços vitais, propriedade territorial, bancos, carvão e energia, aço, indústria química e transporte (incluindo estradas, ferrovias, navegação e aviação civil) deveriam ser submetidas a um sistema de propriedade e controle públicos”.³ Outra moção apontava para a necessidade de uma nova legislação que garantisse que as empresas de propriedade pública

² *Transport and General Workers Union*, Sindicato dos Trabalhadores Gerais do Transporte.

³ *Supplementary Report and Special Final Agenda, Party Annual Conference 1944*, p. 36.

fossem “democraticamente controladas e operadas de acordo com o interesse nacional, com representação de trabalhadores e de consumidores”.⁴

Apesar disso, o programa elaborado na conferência continha importantes indicações dos limites a serem seguidos pelo governo, por exemplo ao diferenciar a matriz industrial do país entre indústrias já maduras e prontas para serem postas sob controle e propriedade pública e as grandes indústrias não aptas para tal mudança de *status*. Isso significava basicamente que a maior parte das indústrias e finanças britânicas permaneceria sob controle privado. E quanto às indústrias e serviços aptos a serem nacionalizados, a maioria já havia sido recomendada por comitês investigativos do Partido Conservador em governos anteriores sob o argumento de sua importância para a economia. Mais do que isso, Herbert Morrison, líder do partido na Câmara dos Comuns durante o governo Attlee e uma das figuras mais proeminentes do governo, referindo-se ao debate das nacionalizações, afirmou na mesma conferência de 1944, que estas deveriam ser analisadas

[...] indústria por indústria, de acordo com os méritos de cada caso... em nossos debates eleitorais não é sadio dizer que iremos socializar eletricidade, combustíveis e energia só porque isso está de acordo com os princípios do Partido Trabalhista... devemos empregar uma boa parte do nosso tempo argumentando a favor da nacionalização dessas indústrias baseados no mérito de seus casos específicos.⁵

Para Miliband, a conclusão a se tirar destes indicativos era clara: as nacionalizações não estavam sendo discutidas “[...] como parte da causa geral do socialismo contra empreendimentos capitalistas, mas em termos de uma solução específica para situações particulares e aplicável apenas em termos puramente funcionais e técnicos a determinadas indústrias e serviços” (MILIBAND, 1979, p. 279). Igualmente, a questão da participação dos trabalhadores na administração de empresas públicas, que deveria fazer parte de um plano maior de radicalização da democracia industrial e era um dos pilares do apoio da militância sindical ao partido, foi relegada à segundo plano pela executiva nacional do partido com a mesma justificativa da necessidade de uma análise mais pormenorizada e específica de cada caso e de que qualquer medida mais “radical” afastaria o eleitorado. Lentamente, um descompasso surgia entre, de um lado, as demandas das bases eleitorais e sindicais do partido, e as altas cúpulas diretoras da executiva nacional do partido – em estreito contato com as próprias direções dos sindicatos –, de outro.

O caráter profundamente conservador das nacionalizações propostas pelos trabalhistas ficou patente à medida que o governo ia avançando e seus objetivos iam ficando mais claros. As tímidas propostas de nacionalização do governo – deixando de fora, por exemplo, as indústrias de ferro e aço, as mais importantes e lucrativas indústrias de base britânicas – tinham por objetivo explícito a melhoria da eficiência produtiva e financeira das empresas, que seriam administradas sob métodos que não as diferenciavam das antigas administrações privadas. Quanto a isso, havia pouca oposição dos conservadores, algo inclusive apontado sem nenhum constrangimento pelo primeiro-ministro trabalhista em seu livro de memórias (ATTLEE, 1954, P. 165 *apud* MILIBAND, *op. cit.*, p. 288). Uma explicação plausível para esse fato era que, na maioria das empresas e indústrias nacionalizadas, os integrantes das mesas diretoras estatais

⁴ *Labour Party Annual Conference Report*, 1944, p. 163.

⁵ *Labour Party Annual Conference Report*, 1945, p. 90.

destas empresas eram homens ligados à iniciativa privada, em grande parte seus antigos donos, ou até outros integrantes poderosos do setor de finanças, incumbidos, obviamente, de manter o funcionamento destas empresas ainda sob a ótica da produção capitalista, mas sem os encargos e preocupações financeiras que estas geravam sob sua própria administração. Como aponta Saville, o *Capital Issues Committee*, montado em 1939 e retomado pelo governo trabalhista para debater e decidir políticas econômicas e gastos do orçamento do Tesouro Nacional, era composto por sete banqueiros, corretores de valores e membros da burguesia industrial. O único representante do governo no comitê era membro do Erário e possuía cargo de secretário no comitê, sem participar das discussões deliberativas. E a lista poderia ser estendida:

O regulador da produção de couro na Junta de Comércio até o fim de 1951 era um representante da Federação dos Curtidores de Couro. O regulador da produção de fósforos em 1946 era um representante da *Bryant and May*, a maior produtora de fósforos britânica, e por um tempo estabeleceu seus escritórios nas instalações da própria firma. O regulador da produção de papel era presidente da maior firma produtora de papel. O regulador da produção de calçados era diretor da indústria de calçados *Dolcis*, e os reguladores ou conselheiros da produção de meias, mobília e tabaco eram representantes comerciais de grandes empresas desses setores. Empregados da *Distillers Ltd.* ocuparam os cargos mais importantes no setor de Controle da Produção Industrial de Melão e Álcool da Junta de Comércio, e os membros do setor de Controle da Produção de Algodão, de acordo com um porta-voz do governo, eram ‘amplamente recrutados das empresas de algodão de Liverpool’ (ROGOW e SHORE, 1955, p. 62 *apud* SAVILLE, 2003, p. 80).

As polpudas compensações financeiras que o governo prestava a estes mesmos empresários, liberando um útil montante em um período de baixa lucratividade, transformavam as nacionalizações em um negócio altamente vantajoso. Ao mesmo tempo, o fato de que apenas empresas em processo de falência, não centrais para a economia ou empresas de serviços públicos essenciais tenham sido nacionalizadas, acabava esvaziando o apelo popular e socialista que o projeto inicial das nacionalizações carregava em si.

Ao mesmo tempo, a outra ponta do projeto inicial das nacionalizações, ou seja, a participação dos trabalhadores na organização e direção destas empresas, tendo sido relegado à segundo plano, contribuiu igualmente para isso. A justificativa de Stafford Cripps, chanceler do Erário durante o governo Attlee e uma das mais importantes figuras políticas da época, apontava o caminho. Num depoimento ao jornal *The Times* em outubro de 1946, Cripps afirmou que não havia ainda “[...] um número suficiente de trabalhadores na Grã-Bretanha capazes de assumir o controle de grandes empreendimentos industriais [...] e até que haja mais experiência por parte dos trabalhadores no lado gerencial do processo de trabalho, penso ser impossível haver indústrias controladas inteiramente por trabalhadores”.⁶ O fato de que, nem o T.U.C.⁷, nem o Partido tomassem qualquer medida para mudar esse quadro instaurava a sensação de que a cláusula quatro⁸ da constituição do partido permaneceria letra morta. A verdade era que

⁶ *The Times*, 28 de outubro de 1946, citado em MILIBAND, 1979, p. 289.

⁷ *Trade Unions Congress*, principal central sindical britânica.

⁸ A cláusula quatro afirmava que um dos objetivos do partido era “assegurar aos trabalhadores manuais e intelectuais a totalidade dos frutos do seu esforço e a distribuição mais equânime possível destes, baseada na propriedade comum dos meios de produção,

[...] a intervenção do governo em assuntos econômicos, apesar ter sido em alguns aspectos penosa para a indústria privada e as finanças, não apresentou um desafio real ao poder dos homens que continuaram a controlar os recursos econômicos do país, ainda mais porque estes mesmos homens desempenhavam um papel cada vez maior, direta ou indiretamente, na determinação da natureza e das aplicações da intervenção do Governo (MILIBAND, 1979, p. 291).

No entanto, ainda que o governo trabalhista manifestasse pouca disposição em avançar e superar seu tímido projeto inicial, ficou para a história o fato de que foi o governo trabalhista de 1945 quem implementou o *National Health Service*⁹, regulamentou e ampliou consideravelmente a seguridade social, aprofundou o sistema de moradias públicas herdado da guerra e aumentou a idade escolar mínima de conclusão, entre outras medidas. Nenhum outro governo havia feito tanto, ainda mais em meio às grandes dificuldades econômicas que o país enfrentava logo após o término do conflito mundial. O fato dessas medidas serem levadas a cabo pelo próprio Estado, sob governo trabalhista, certamente serviu para assustar membros do *establishment* conservador, ao mesmo tempo em que insuflava a classe trabalhadora, que via no governo de seu partido possibilidades para uma reversão fundamental do equilíbrio de forças que compunham a sociedade.

Parte dessa visão sustentava-se a partir da relação no parlamento entre políticos e sindicatos. Como resultado da eleição de 1945, mais de um terço dos 393 parlamentares trabalhistas eleitos era patrocinado por sindicatos e pelo T.U.C., o que tornava a relação entre governo, partido e sindicatos ainda mais simbiótica. Claro está que os sindicatos já gozavam de certa participação em consultas do governo e em órgãos administrativos desde o período da guerra, mas a chegada dos trabalhistas viria aprofundar isso. Por outro lado, o partido esperava dos sindicatos uma estreita cooperação para tocar de frente suas políticas econômicas principalmente no que tangia aos salários, sendo para isso fundamental a manutenção da disciplina industrial das bases. A título de comparação, nos seis anos do imediato pós-Primeira Guerra, sob os conservadores, o número de jornadas de trabalho diárias perdidas em greves e *lock-outs* ultrapassou as 187 milhões. No mesmo período de tempo após a Segunda Guerra, ou seja, o período do governo Attlee, o mesmo número caiu para menos de 13 milhões.

A mesma relação de contenção da radicalidade e das demandas existia no próprio partido e no chamado “partido parlamentar”¹⁰. Seja sobre a política externa¹¹, seja sobre o alcance e o caráter das nacionalizações, da participação operária nos órgãos consultivos ou das relações industriais, a alta cúpula do partido se utilizava dos mais diversos artifícios para conter o avanço das demandas da base. Em comum, a neutralização dos avanços da esquerda do partido e a conformação política nos limites do parlamento: entre o partido parlamentar, o argumento de que o mais importante era a unidade do partido contra os conservadores

distribuição e troca, e o melhor sistema de administração e controle popular possível de ser obtido em cada indústria e serviço”.

⁹ Serviço Nacional de Saúde, um dos maiores sistemas de saúde pública e gratuita de toda a Europa Ocidental.

¹⁰ Referência aos parlamentares eleitos atuando em seus mandatos na Câmara dos Comuns.

¹¹ A questão da política externa dos trabalhistas por si só necessitaria de um capítulo específico. Optei por deixá-la de lado neste trabalho. Basta citar que a quase totalidade dos funcionários da burocracia do período da guerra, contratados pelos governos conservadores, foi mantida durante o governo Attlee, levando ao espanto o Ministro das Relações Exteriores dos EUA na época devido à manutenção desse *staff*. Para mais sobre, cf. especialmente o capítulo 9 de MILIBAND, 1979.

com vistas ao desempenho eleitoral¹². Dentro do partido, medidas regimentais e todo tipo de artifício eram utilizados visando “blindar” a cúpula do partido e os ministros no governo, desvinculando as medidas e votações nas conferências anuais do partido dos atos do governo. Ao longo dos governos trabalhistas, ficou claro que o governo queria se colocar livre de possíveis orientações e resoluções mais à esquerda que porventura passassem em votações abertas nas conferências partidárias, buscando, sempre que possível, brechas na legislação partidária ou modificações nesta.

Já ao fim do primeiro mandato, as discussões no partido quanto ao prosseguimento e aprofundamento das medidas relativas à propriedade pública dominaram os debates e explicitaram mais uma vez o real caráter do governo em questão. Herbert Morrison, discursando na conferência de 1948 que discutia o próximo programa eleitoral, afirmou que era preciso

[...] permitir aos ministros do governo tempo adequado para consolidar, desenvolver e tornar mais eficientes as indústrias que haviam sido socializadas sob o parlamento atual (...). Devemos fazer um programa atrativo tanto para nós como para a opinião pública [...], esperar um novo programa com caráter e velocidades ligeiramente diferentes com relação ao último.¹³

O documento político elaborado na conferência, *Labour believes in Britain*¹⁴, demonstrava claramente como a liderança trabalhista estava convencida a “consolidar” as medidas realizadas no primeiro governo, postergando indefinidamente tanto novas nacionalizações de impacto mais redundante, como qualquer tipo de alteração substancial nas relações industriais. O núcleo duro da iniciativa privada permaneceria intocado e a tomada, por parte do governo, de empresas em vias de falir, agradava aos olhos e bolsos da burguesia britânica ao socializar suas perdas, ao mesmo tempo em que não atendia plenamente aos interesses das bases eleitorais e nem impressionava os eleitores de classe média que se tornariam obsessão do partido nos anos seguintes. A proposta de nacionalização das empresas de seguro de vida, das indústrias de açúcar, cimento, processamento e venda de carnes por atacado, água e alguns minerais, além da previsão de nacionalização de mais indústrias que apresentassem riscos de falência – sob esquema de indenizações e de manutenção dos moldes da antiga administração – e, principalmente, a própria forma como as indústrias já nacionalizadas eram administradas, ajudavam a manter a inércia do partido no que tangia ao objetivo especificado na cláusula quatro de sua constituição.

As medidas e pronunciamentos dos trabalhistas nos anos finais do seu governo denotavam um distanciamento cada vez maior entre base e dirigentes com relação aos objetivos e ao caráter do governo que chegava ao fim e também dos futuros governos do partido. Os ativistas e militantes do partido pareciam ver as medidas de nacionalização e o Estado social construído durante a primeira administração trabalhista como os primeiros passos do que se imaginava ser uma revolução social e política que enfim implantaria o socialismo na Grã-Bretanha. Construíam-se assim os primeiros passos para a “via britânica para o socialismo”. Por outro lado, para os parlamentares e líderes do

¹² Muitas vezes, os parlamentares que acompanhavam as medidas preconizadas pelos dirigentes do partido, preferiam se apoiar em políticos de outros partidos do que a conceder espaço aos parlamentares trabalhistas mais à esquerda.

¹³ *Labour Party Annual Conference Report*, 1948, p. 122.

¹⁴ Citado por MILIBAND, 1979, p. 300.

próprio partido, suas medidas implantadas nesse momento já significavam *em si e por si*, o próprio socialismo. Para eles, grande parte da missão trabalhista já havia sido alcançada pelas mudanças promovidas pelo governo Attlee. O mesmo Morrison afirmou, na Conferência de 1949 – que discutiu o programa para a eleição do ano seguinte – que o partido trabalhista

[...] introduziu um novo modelo de Socialismo e da doutrina Socialista, algo como um Empreendedorismo Público Competitivo. Através dela exploraremos novos ramos e revitalizaremos empreendimentos privados a partir de suas próprias técnicas de competição e, me arrisco a dizer, não será um mau negócio para os empreendimentos privados que isto assim seja. Devemos viver numa economia mista por um longo período pela frente. Parte da economia será nacionalizada, parte será de empreendimentos privados; a rede privada será chamada a se adequar às exigências gerais do planejamento econômico no interesse do público como um todo.¹⁵

Pautando sua campanha eleitoral mais nas conquistas do governo anterior do que em projetos para o futuro visando aprofundar as reformas, convivendo com uma forte oposição *tory* que, ao mesmo tempo em que se comprometia em manter o pleno emprego, atacava o programa trabalhista de nacionalizações sob a ameaça de “bolchevização” do país, o partido acabou derrotado nas eleições de 1951, permanecendo longe do governo até a segunda metade da década de 1960. Neste contexto, os questionamentos de Saville trazem ressonância ao que argumentei até aqui. Pergunta ele:

O que é que estava sendo remediado, e no interesse de quem? Teria o governo trabalhista do pós-1945 feito mais do que efetuar uma transição para o funcionamento normal de uma economia cujos fundamentos e estrutura estavam basicamente intactos? [...]

Ao se avaliar as políticas econômicas do governo Attlee, torna-se claro que não havia nenhuma intenção, de parte alguma, de fazer algo que não fosse seguir a linha da ortodoxia econômica e industrial. Das indústrias nacionalizadas, carvão e ferrovias estavam virtualmente falidas, e qualquer governo seria forçado a prover um gigantesco suporte financeiro para o investimento em larga escala necessário para se alcançar certo grau de eficiência (SAVILLE, 2003, pp. 79-80).

FABIANISMO, KEYNESIANISMO E CORPORATIVISMO.

Qual seria, então, o real caráter histórico do reformismo trabalhista? Pode-se falar em reformismo, no sentido clássico da política de esquerda? Teriam as instituições principais do movimento trabalhista britânico – o partido Trabalhista e o T.U.C. – servido aos interesses do capital desde que alcançou o poder, se aproveitando da sua inserção entre a classe operária para desarticulá-la e ajudar na expansão do capitalismo no pós-guerra? Ou teria sido um caso de ingenuidade e equívoco tático perante os limites estruturais que o Estado capitalista impõe às forças de esquerda? Até onde se deve acreditar na autoimagem do partido nos anos 1970, “socialistas democráticos cuja missão é trazer uma mudança fundamental e irreversível no equilíbrio de bem-estar e riqueza a favor da classe trabalhadora e de suas famílias”¹⁶?

¹⁵ *Labour Party Annual Conference Report*, 1949, p. 155.

¹⁶ Retirado do manifesto eleitoral trabalhista para as eleições de 1979, intitulado *Britain Will Win With Labour*. Disponível em: <http://www.politicsresources.net/area/uk/man/lab74oct.htm>. Acesso: 18/08/2017.

Para responder a essas questões, devemos nos voltar para o próprio ordenamento político-estatal britânico nesse período. As necessidades político-econômicas do capitalismo no pós-guerra já mencionadas anteriormente fizeram do corporativismo¹⁷ em sua faceta liberal algo essencial para a acumulação capitalista e a reprodução da dominação política burguesa a partir de 1945. A explicação para isso está no fato de que o corporativismo

autoriza as organizações políticas do capital e do trabalho a participarem na formulação e implementação de políticas relacionadas à acumulação de capital, para que a responsabilidade de tais intervenções seja entregue aqueles imediatamente afetados por elas, mais do que sejam mediadas pela representação parlamentar e pela administração racional-legal. Isso se torna particularmente crucial quando a intervenção se relaciona à assuntos que não podem ser prontamente resolvidos sem a cooperação do capital e/ou do trabalho; e/ou que não podem ser prontamente atingidos através de meios administrativos racionais-legais. Tais assuntos incluem reorganização do processo de trabalho, regeneração industrial, planejamento dos programas de bem-estar, provisão de infraestrutura, política de rendimentos e planejamento econômico (JESSOP, 1979, p. 200).

Conclui-se disso que, para “funcionar” corretamente – ou seja, para dar plena vazão à acumulação capitalista –, um regime corporativista exige organizações que estejam comprometidas com a legitimação do sistema econômico existente e que confinem suas demandas em termos compatíveis com os desse mesmo sistema. Mais do que isso, particularmente com relação aos representantes operários, exige sindicatos centralizados capazes de controlar movimentos mais radicais nas bases sindicais. No específico caso britânico, com os laços estruturais entre o T.U.C. e o Partido Trabalhista, o terreno estava aberto para o protagonismo do partido nesse esquema enquanto ator principal no processo de hegemonização do período. Como afirma o mesmo Jessop,

[...] a socialdemocracia [no nosso caso, o trabalhismo] é a base social mais apropriada para o corporativismo liberal pelo fato de assegurar o apoio da maior e mais poderosa das classes dominadas no capitalismo monopolista. Ao mesmo tempo, partidos socialdemocratas (ou seus equivalentes) são os partidos naturais do governo no corporativismo liberal porque eles fundem importantes e variadas funções numa mesma organização política. Eles possuem ligações próximas com o movimento dos trabalhadores cujo envolvimento em órgãos corporativistas é essencial para seu sucesso; possuem apoio eleitoral substancial entre a classe trabalhadora organizada; e conseguem articular demandas ‘econômico-corporativas’ e democrático-populares num programa que apoie intervenção estatal no interesse da acumulação capitalista. Em resumo, a socialdemocracia oferece meios apropriados para se fundir formas parlamentares e formas corporativistas de representação e dominação e de adaptá-las às condições em constante mudança (JESSOP, 1979, p. 207).

¹⁷ Corporativismo sendo entendido aqui como “*uma estrutura política no interior do capitalismo avançado que integra grupos organizados de produtores socioeconômicos através de um sistema de representação e interação cooperativa mútua no nível das lideranças e de mobilização e controle social no nível das massas*”, cf. PANITCH, 1986, p. 136.

Entretanto, essa fusão entre formas parlamentares e formas corporativistas não está isenta de contradições, trazendo, pelo contrário novas tensões políticas à cena, transformando em fraqueza a força trabalhista. Para Panitch, falando já da crise dos anos 1970,

[...] visto que as estruturas corporativistas são agora um importante *locus* para a legitimação e a administração dos sacrifícios da classe trabalhadora em prol do ‘interesse nacional’, e visto que a compensação por estes sacrifícios não pode ser obtida do capital pelos próprios sindicatos via estruturas corporativistas, ela precisa ser fornecida pela arena partidária/parlamentar (onde os custos desta compensação, em qualquer caso, podem se tornar difuso, ou seja, dividido pelo ‘público’ em geral). Partidos socialdemocratas interpretam o difícil papel de articular essas duas arenas: eles se oferecem para ganhar compensações para a classe trabalhadora através das instituições parlamentares – que dissociam a relação entre Estado e classe via representação/mediação –, em troca de compromissos feitos pela classe em instituições corporativistas – onde a representação/mediação é explicitamente pautada em critérios classistas.

[...] Essa contradição é agravada porque as reais compensações obtidas em estruturas corporativistas e oferecidas na arena parlamentar à classe trabalhadora pelos seus sacrifícios geralmente ficam muito aquém das promessas feitas pelos partidos socialdemocratas, particularmente devido às restrições que a atual crise impõe aos gastos sociais do Estado capitalista e à sua disposição em desafiar os humores da ‘confiança do mercado’ (PANITCH, 1986, p. 207).

Ator central nesse processo, portanto, é o Partido Trabalhista, que tentou se equilibrar entre essas duas esferas de atuação. E um dos pontos vitais para se entender o seu papel no pós-guerra era a questão da relação entre o keynesianismo e o reformismo trabalhista, sobre como esta teoria influenciou os rumos políticos do partido, principalmente após sua ascensão incontestada ao poder com a vitória na eleição de 1945. Para muitos, a teoria keynesiana serviu como justificativa teórica e política no pós-guerra para as políticas de bem-estar adotadas pelo trabalhismo. Há afinidades intrínsecas entre a teoria e as políticas macroeconômicas keynesianas e grande parte das intenções do alto escalão do Partido Trabalhista – contrárias, como já vimos, às intenções das bases do partido, qual seja, a apropriação comum dos meios de produção pela classe trabalhadora organizada no partido.

Para Przeworski, é a adoção do keynesianismo que fornece à esquerda socialdemocrata uma teoria econômica própria, ao mesmo tempo em que aprofunda de vez a divisão, surgida durante a Primeira Guerra Mundial, entre uma esquerda marxista e outra reformista, conferindo a esta última um caráter integracionista ao sistema e menos combativo do que antes, influenciando suas visões políticas e econômicas de forma decisiva. Como a trajetória trabalhista aparentemente mostraria, para o autor,

o compromisso básico entre os socialdemocratas e o capital privado é uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. (...) Essa expectativa [contida na teoria keynesiana] de que os lucros correntes seriam transformados em melhoras futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos socialdemocratas ao capitalismo. Os socialdemocratas consentem com o direito dos capitalistas de reter uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros

apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. (...)

Esse é o motivo por que *os socialdemocratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos. Por isso é que os socialdemocratas não só procuram reproduzir o capitalismo mas também lutam para aperfeiçoá-lo*, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas. (...)

Os socialdemocratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo (PRZE-
WORSKI, 1989, pp. 60-61).

Portanto, como bem afirma Przeworski, o keynesianismo que sustentava o reformismo trabalhista no pós-guerra não dirigia a Grã-Bretanha para o socialismo numa via democrática-parlamentar e sim “[...] para o compromisso de classes, dando aos partidos políticos representantes do operariado uma justificativa para exercer cargos políticos em sociedades capitalistas.” (PRZEWORSKI, 1989, pp. 244-245). Compromisso este firmado em moldes corporativistas, e impossível sem que uma das partes, obviamente o lado proletário, ceda sempre mais, de forma consentida ou coercitiva, como viriam a descobrir duramente na prática os trabalhadores militantes do partido trabalhista durante os anos 1960 e 1970. A atuação dos trabalhistas britânicos teria trazido consequências variadas, tanto para o reformismo contido no partido, como para as próprias pretensões do Estado de bem-estar desenvolvido no período:

A intervenção do Estado na economia deve pautar-se por critérios de eficiência, os quais distinguem claramente da preocupação com a equidade. (...) a política social da socialdemocracia consiste, em grande parte, em abrandar os efeitos distributivos de alocações de recursos baseadas em critérios de eficiência. *Tal política não visa à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento.*

Tendo se comprometido a manter a propriedade privada dos meios de produção, assegurar a eficiência e mitigar os efeitos distributivos, a socialdemocracia deixou de ser um movimento reformista. O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção a transformações estruturais; tradicionalmente, encontrou sua justificativa na ideia de que as reformas são cumulativas e se constituem em etapas, conduzindo em alguma direção. A atual política dos socialdemocratas, por sua própria lógica, não permite mais a acumulação de reformas (PRZEWORSKI, 1989, pp 57-58, grifos meus).

Assim, na visão de Przeworski, a íntima relação entre keynesianismo e trabalhismo no pós-guerra britânico teria dado a sustentação teórica e política para o abandono do reformismo pelo Partido Trabalhista no poder e, portanto, em última instância, de qualquer perspectiva de modificação estrutural do capitalismo em direção ao socialismo. Como sinal prático disso, Przeworski aponta a própria opção dos partidos socialdemocratas em se distanciarem de sua origem de classe para fins eleitorais. Isso foi notório no caso do trabalhismo britânico, com a obsessão pelo voto da classe média nos anos 1960 servindo como justificativa para as medidas do partido no poder.

Entretanto, este é um problema que apareceu com força no Partido Trabalhista desde a sua fundação, não possuindo, portanto, relação direta com a adesão ao keynesianismo ou à chegada ao poder no pós-guerra. Pelo contrário, as explicações do percurso trabalhista devem ser procuradas no próprio partido e em sua relação mais ampla com a política britânica. A visão de um Partido Trabalhista bastião do socialismo desde sua fundação, atacado em suas bases ideológicas apenas no pós-guerra – quando teria sofrido severas modificações impostas pelo seu papel no governo –, ou mesmo vetor de um processo de “traição de classe”, mostra-se profundamente equivocada quando cotejada seriamente com a própria história do partido.

Przeworski chega a afirmar que a “orientação para as camadas médias, consideradas em termos abrangentes, assumida no pós-guerra por diversos partidos socialdemocratas não é resultado de uma nova postura estratégica, e sim um reflexo da transformação da estrutura de classes na Europa Ocidental”.¹⁸ Panitch critica esta noção de que uma suposta mudança na estrutura de classes nas sociedades europeias tanto devido às mudanças na própria economia capitalista – que estaria eliminando o elemento operário de sua equação – como devido à mudança de caráter implementada pelos Estados providenciários – que teria resultado no declínio da consciência de classe e de um tipo de política baseado em noções de classe, visto agora como anacrônico –, como se o período do Estado de bem-estar tivesse amenizado – ou até eliminado, como queria Crosland – as diferenças de classe. De fato, são inegáveis as inúmeras tentativas ocorridas durante as décadas de 1950 e 1960 de se eliminar a identificação unívoca com a classe trabalhadora e de transformar o partido em um importante elemento agregador da sociedade britânica. Em 1959, Douglas Jay, secretário do Tesouro durante o governo Attlee, declarou com pesar que o partido “estava correndo o risco de lutar sob o rótulo de uma classe que não existe mais”.¹⁹ Grande parte dos políticos do partido encontravam-se convencidos de que as divisões de classe na Grã-Bretanha estavam em vias de desaparecer. Entretanto, este convencimento não se deu por acaso: encontrou-se apoiado nas próprias ideologias fundantes do partido.

É bem conhecido o papel fundamental do fabianismo de Sidney e Beatrice Webb na formação e consolidação ideológica do Partido Trabalhista em seus primórdios. Escrevendo ainda no século XIX, Sidney Webb argumentava sobre a “inevitabilidade do gradualismo”²⁰, apontando que “o crescimento de uma sociedade cada vez mais complexa por si só obrigaria a uma interferência do Estado cada vez mais complexa, e esta seria reforçada pelo desenvolvimento da democracia política [...] Assim, inevitavelmente, as medidas políticas democráticas restringiriam o poder dos proprietários sobre a vida das pessoas comuns” (SAVILLE, 2003, p. 85). No primeiro programa eleitoral, para as eleições de 1918, elaborado pelo mesmo Sidney Webb, afirmava-se que “o primeiro princípio do Partido Trabalhista é assegurar a todos os membros da comunidade todos os requisitos de uma vida saudável e de uma cidadania que valha a pena. Esta não é de forma alguma uma proposta ‘de classe’”.²¹ Na década seguinte, a busca por uma “vocação nacional” continuou forte, com o partido afirmando que “não falava como o agente de uma classe específica, mas como o órgão político criado para expressar as necessidades e

¹⁸ PRZEWORSKI, 1989, p. 40. Podemos perceber esta visão também na conhecida obra de Ralf Dahrendorf, *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

¹⁹ Citado por HASELER, Stephen, *The Gaitskellites*. Londres, 1969, p. 163 *apud* PANITCH, 1986, p. 61.

²⁰ WEBB, Sidney, *Fabian Essays* (1889), *apud* SAVILLE, 2003, p. 85.

²¹ WEBB, Sidney, *Labour and the New Social Order*, p. 5 *apud* PANITCH, 1986, p. 63.

expressar as aspirações de todos aqueles que veem no trabalhismo o futuro da humanidade”.²² Um dos mais importantes líderes ideológicos trabalhistas nesse período, fundador do partido e primeiro-ministro durante o governo de coalizão com os conservadores na primeira metade dos anos 1930, Ramsay MacDonald, inspirado pelos princípios do fabianismo em seus discursos e escritos, exaltava a crença na unidade orgânica das sociedades em termos não muito diferentes de uma visão conservadora. Para ele,

[...] o Socialismo marca o crescimento da sociedade, não a insurreição de uma classe. A consciência que se busca despertar não é a de solidariedade econômica classista, mas a de unidade social e de crescimento na direção de um todo orgânico coeso. O lema do Socialismo, assim, não é o da consciência de classe, mas o da consciência comunitária.²³

Como se vê, o desejo por se mostrar – e de fato ser – uma organização descolada da classe operária sempre esteve presente, apoiando-se na estrutura política existente. É claro que esta visão não era unívoca no partido: Harold Laski foi um dos que criticava esta visão trabalhista da sociedade enquanto organismo coeso. O próprio Attlee, ao fim dos anos 1930, criticava MacDonald por sua visão profundamente conservadora. Entretanto, a visão que se consagrou na prática, principalmente a partir de 1945, foi justamente essa, mesmo que por vezes entrasse em contradição quando a relação orgânica do partido com os sindicatos assumia o proscênio da cena política em muitas situações. Sintomático disso é a própria questão da propriedade pública na economia, dissociada pelos altos membros do partido de sua relação intrínseca com o controle *operário* dos meios de produção, antiga demanda do movimento sindical mais à esquerda, como discutimos acima. Como resume Panitch,

[...] a capacidade do Partido Trabalhista em agir como um partido político integrador que executa as funções sistêmicas de agregação e conversão de demandas [operárias] é afetada por duas variáveis, uma ideológica, outra estrutural. O desenvolvimento da ideologia do partido e de seu apelo eleitoral nos anos 1950 e 1960 deve ser analisado sob a luz da história ideológica do partido, que exibiu desde sempre uma crença na unidade fundamental da sociedade. Sem este pano de fundo histórico ou com uma consciência apenas superficial do passado do partido, que se concentra apenas no comprometimento do partido com relação à propriedade pública e negligencia sua atitude com relação ao papel da classe trabalhadora na mudança da sociedade, é provável que as análises políticas verão as recentes mudanças sociais das décadas de 1950 e 1960 como causas ao invés de suportes dos fatores endógenos que determinaram a posição atual do partido. Acima de tudo, elas negligenciarão a contribuição do próprio partido para a socialização política da classe trabalhadora.

Apesar da história ideológica do partido facilitar sua capacidade de agir como um partido integrador, ele se defronta com limitações estruturais inibidoras provenientes de sua associação com os sindicatos. Enquanto a ideologia partidária não vê capital e trabalho como forças em permanente antagonismo e, por isso mesmo, promete políticas que integram as demandas de ambas as classes, os sindicatos, em virtude de suas próprias funções com relação à indústria, não podem aceitar sem tensões este

²² *Labour and the Nation*, 1928, p. 2 *apud* PANITCH, 1986, p. 67.

²³ MACDONALD, Ramsay, *Socialism and Society*, Londres, 1908, p. 114 *apud* PANITCH, 1986, p. 63.

posicionamento. Enquanto as clivagens de classe permanecerem sendo percebidas por eles como uma importante condição social, os sindicatos estarão menos à vontade para aceitar que suas demandas sejam adaptadas por um partido político que busca ultrapassar essas clivagens. O resultado é um conflito entre os sindicatos e o Partido Trabalhista quanto ao próprio caráter integrador do partido e sobre a política do partido com relação à economia e às relações industriais (PANITCH, 1986, p. 74).

É essa herança fabiana no seio do Partido Trabalhista desde a sua fundação que deve ser vista como elemento central difusor de grande parte da história subsequente do partido. É ela, e não uma pretensa modificação na estrutura de classes britânica do pós-guerra, ou a própria questão da chegada ao poder com uma confortável maioria parlamentar pela primeira vez na história, que explica o caminho percorrido pelo Partido Trabalhista no pós-guerra, pois, segundo Saville

a teoria fabiana da História inevitavelmente se apoia numa premissa ampla: a de que o governo numa democracia política está em pleno controle do Estado e do poder de Estado, e que não há limites efetivos à capacidade legislativa do governo. É baseado no postulado da neutralidade do Estado: que qualquer administração que chegue ao poder *ipso facto* está em controle amplo e total do seu programa legislativo (SAVILLE, 2003, p. 86).

É essa premissa equivocada que guia grande parte das ações do Partido Trabalhista, tomando forma prática a partir do governo Attlee. Essa confusão entre poder de Estado e poder de governo²⁴ trouxe consequências duradouras para o movimento trabalhista e, ao avaliarmos a história do desenvolvimento do Partido Trabalhista, não podemos deixar de notar como a ideologia fabiana se adequa ao papel desempenhado pelo partido no pós-Segunda Guerra. A crença numa conquista, pelo interior de um Estado visto como neutro e através das suas próprias vias e instituições, de uma nova sociedade, sofreu modificações, mas não se eliminou a visão mais geral da sociedade enquanto um todo não-homogêneo, mas possível de ter suas diferenças amenizadas ao máximo. Sua conjunção com o arranjo corporativista do período foi a chave mestra que definiu a atuação do partido e o sentido com que este se portava perante as demandas das classes trabalhadoras, sempre se equilibrando entre seu papel político-parlamentar e sua atuação organizativa da própria classe trabalhadora. É nessa linha que a definição de Saville faz sentido, quando este define o trabalhismo britânico como

uma teoria e uma prática que aceitam a possibilidade de mudanças sociais apenas no interior das estruturas existentes da sociedade; que rejeita ação e violência revolucionária [...]; e que cada vez mais reconhecia o funcionamento da democracia política em sua variável parlamentarista como o meio prático de se alcançar seus próprios objetivos e planos (SAVILLE, 1973, p. 215).

Papel vital nos trinta anos “dourados” do capitalismo britânico do pós-guerra tiveram o Partido Trabalhista e o T.U.C., contribuindo para um processo de despolarização das

²⁴ Debate importante na tradição marxista mas que, por falta de espaço, não entrarei aqui.

demandas operárias e apassivamento político desta classe, repelindo seus elementos mais radicais e se adequando aos limites vigentes da hegemonia deste bloco histórico. Por consequência, contribuindo de maneira crucial para a manutenção e perpetuação da relação de classes sob a democracia do Estado de bem-estar social de forma muito mais implícita do que se pensa naturalmente, reforçando um espectro de opções políticas claramente definido (e reduzido). Seguimos Panitch quando este diz que

[...] a ideologia que estamos traçando não é apenas propícia para trazer vários grupos e classe sob a égide de um partido político, apesar de ser isto também. Ela também age como um contraponto ao desenvolvimento de uma consciência política distinta entre a classe trabalhadora. Sem dúvida a cultura política britânica condicionou o desenvolvimento do Partido Trabalhista; por outro lado, o próprio Partido Trabalhista teve um papel de manter um sistema de valores e talvez até de criar valores nacionais estranhos à classe operária antes de se integrar ao sistema político. (...) A tendência do Partido Trabalhista de fortalecer alguns dos valores dominantes da sociedade britânica indica que ele está apto, tanto pelo seu passado como pela sua ideologia atual, para cumprir suas funções sistêmicas postuladas pela moderna teoria dos partidos políticos (PANITCH, 1986, p. 69).

A partir disso, o debate central na esquerda britânica sobre os “fracassos” do Partido Trabalhista em organizar politicamente a classe trabalhadora britânica em direção ao socialismo adquire um outro significado. Para Panitch, na verdade,

[...] em grande medida, o que são vistos como fracassos do partido trabalhista são na verdade o seu sucesso. A função do Partido Trabalhista no sistema político britânico consiste não apenas em representar os interesses da classe trabalhadora, mas também em agir enquanto um dos principais mecanismos de inculcação de valores e símbolos nacionais nesta classe, e de reinterpretar e restringir as demandas desta sob a luz desses valores. O Partido Trabalhista, em outras palavras, atua simultaneamente enquanto partido de representação e enquanto importante agente de controle social e de socialização política, mediando entre nação e classe. De forma mais geral, ao sustentar os valores de nação, parlamento, responsabilidade, contra valores da ação direta, revolução ou interesses ‘seccionais’, está executando um papel socializador que ao mesmo tempo legitima a sociedade existente e aponta contra o desenvolvimento de consciência política revolucionária por parte da classe trabalhadora (PANITCH, 1976, pp. 235-236).

CONCLUSÃO

Ao longo da segunda metade do século XX o Partido Trabalhista britânico tornou-se a “a leal oposição oficial de Sua Majestade”, atuando numa tímida oposição de acordo com as regras do capitalismo britânico, conformando as opções políticas dentro do bloco histórico vigente, seguindo o horizonte limitado pelas diretrizes do keynesianismo, num papel altamente funcional para a dominação de classe e a contenção de demandas em vias próprias ao parlamentarismo burguês. O desenvolvimento de estruturas corporativistas, contendo representantes de ambas as classes principais do capitalismo, era pautada por uma ideologia que harmonizava os interesses em conflito na sociedade, colocando em pé de igualdade de poder e autoridade, sindicatos e

organizações patronais. Tendo em vista isso, fica fácil perceber o porquê do sucesso do Partido Trabalhista no período, principalmente levando-se em conta o peso da ideologia fabiana discutido aqui. O reforço do bipartidarismo onde, cada vez mais, conservadores e trabalhistas indiferenciavam-se no poder e onde a oposição contida entre ambos em si era de fato extremamente artificial, haja vista que os dois partidos em questão normalmente “[...] parecem remeter, em condições normais, antes a duas frações diferentes de um mesmo partido do que a dois partidos diferentes” (LOSURDO, 2004, p. 307), completava o quadro.

A democracia burguesa, no que tange as organizações da classe trabalhadora, varia sua atuação no tempo e no espaço. É a luta de classes o fator que molda a forma dessa democracia, variável conforme esse termômetro fundamental da história que é o enfrentamento político das classes antagônicas do sistema capitalista. Vimos como instituições genuínas da classe trabalhadora, que foram fundadas com um objetivo explícito de melhoria de suas condições e, em última instância, para o fim do capitalismo, acabam por serem quebradas e reformuladas para melhor servirem aos interesses gerais fundamentais da burguesia como um todo. As disputas em torno destas instituições são moldadas pelo comportamento das classes em confronto, ao mesmo tempo em que direcionam a própria forma como parte destas disputas ocorre. A adesão do Partido Trabalhista ao sistema de valores ideológicos característicos do capitalismo britânico foi fundamental para a manutenção deste, tornando a “leal oposição” do partido um fator crucial para a perpetuação do sistema, principalmente no período do *Welfare State*, quando se tornou lugar comum incorporar lideranças dos elementos subalternos em órgãos tripartites da administração pública num programa de governo que só funcionava sob estrita colaboração interclassista. Sindicatos e partido trilharam caminhos que muitas vezes se tangenciavam, mas que ao mesmo tempo tencionavam suas relações. O fato da classe trabalhadora britânica ainda se encontrar como fiadora do Partido Trabalhista, ou, em contrapartida, estar completamente pulverizada ideologicamente, explicita o grande percurso a se percorrer nesse sentido. Quanto a isso, diagnóstico de Miliband é definitivo:

O Partido Trabalhista permanece sendo, na prática, o que sempre foi – um partido de modesta reforma social dentro de um sistema capitalista cujas fronteiras estão cada vez mais firmes e irrevogavelmente enraizadas. Esse sistema necessita de um partido assim, já que este desempenha um papel essencial no gerenciamento dos descontentes e ajuda a mantê-los dentro de limites seguros; e o fato de que o Partido Trabalhista se proclama no mínimo de cinco em cinco anos, mas às vezes ainda mais frequentemente, como tendo um compromisso não apenas com um modesto aperfeiçoamento da sociedade capitalista, mas com a sua completa transformação em uma ordem social justa, numa sociedade sem classes, em uma nova Grã-Bretanha, o faz ainda mais útil na preservação da ordem social existente. É provável que o Partido Trabalhista continuará apto a desempenhar este papel altamente ‘funcional’ ainda por muito tempo (MILIBAND, 1979, p. 376).

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos:** Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

- ARAÚJO, Angela (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- COATES, David. **The Labour Party and the Struggle for Socialism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- DAHRENDORF, Ralf. **As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- JESSOP, Bob. “Corporatism, Parliamentarism and Social Democracy”. In: SCHMITTER, Philippe C. & LEHMBRUCH, Gerhard (orgs.). **Trends toward Corporatist Intermediation**. Londres: SAGE Publications, 1979.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MILIBAND, Ralph. **Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour**. Londres: Merlin Press, 1979.
- _____. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- _____. LIEBMAN, Marcel. “Beyond Social Democracy”. In: **Socialist Register (1986)**. Londres: Merlin Press, 1986.
- PANITCH, Leo. **Working Class Politics in Crisis: Essays on Labour and the State**. Londres: Verso, 1986.
- _____. **Social Democracy and Industrial Militancy (1945-1974)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- PRZEWORKI, Adam. **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SAVILLE, John. “The ideology of Labourism”. In: BENEWICK, R. et al (orgs.), **Knowledge and Belief in Politics**. Londres: Allen and Unwin, 1973
- _____. “Labourism and the Labour Government” (1967). In: COATES, David (Ed.) **Paving the Third Way: The Critique of Parliamentary Socialism – a Socialist Register anthology**. Londres: Merlin Press, 2003.

